



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Edição Especial Temática: Universidades: desafios e perspectivas na contemporaneidade

Sinop, v. 7, n. 1 (18. ed.), p. 127-147, jan./maio 2016

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

OS AGENTES FINANCIADORES DA PESQUISA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT): constatações atuais e desafios antevistos¹

Egeslaine de Nez

Universidade do Estado de Mato Grosso, Colíder/MT - Brasil

Maria Estela Dal Pai Franco

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS - Brasil

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo configurar o modelo de financiamento da pesquisa na Unemat, discutindo-a na perspectiva da origem dos aportes, dos compromissos da universidade, das repercussões e seus desafios. A metodologia compreendeu levantamento bibliográfico, documental e entrevistas semi-estruturadas realizadas com líderes de grupos de pesquisa. A apreciação dos dados abrangeu análise de conteúdo, além da abordagem quali/quantitativa. As categorias elencadas são aquelas que trazem embutidas uma proposta de reflexão sobre pesquisa e financiamento, enfatizando suas características, modalidades e importância. Destaca-se, finalmente, que as análises sinalizam avanços que podem fortalecer a qualidade na Educação Superior no Estado de Mato Grosso.

Palavras-chave: Educação Superior. Pesquisa. Financiamento.

1 INTRODUÇÃO

O mundo, talvez como nunca em seu trajeto civilizatório moderno, está em transição, enfrentando profundas transformações estruturais. Esse processo é

¹ Artigo elaborado a partir das discussões realizadas na tese de doutorado: **EM BUSCA DA CONSOLIDAÇÃO DA PESQUISA E DA PÓS-GRADUAÇÃO NUMA UNIVERSIDADE ESTADUAL: a construção de redes de pesquisadores**, apresentada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

multidimensional e associado à emergência de um novo paradigma econômico e tecnológico, mas, também, de conhecimento. É fortemente influenciado pelas novas tecnologias de comunicação e de informação, que começam a tomar forma na década de 60 e que repercutem em todos os setores e segmentos da sociedade (CASTELLS, 2001).

Neste entorno a universidade assume um papel fundamental, por ser uma instituição de caráter único no mundo contemporâneo, compromissada não só com a produção do conhecimento, mas com a formação de novas gerações e com serviços disponibilizados para a comunidade. Tal contexto aliado à responsabilidade e aos compromissos sociais que a universidade assume, justificam plenamente uma análise e reflexão sobre o suporte de recursos para a pesquisa científica que os órgãos públicos e institucionais alocam, sob pena de as instituições falharem em alguns de seus compromissos sociais.

Dois pontos são fundamentais para adentrar a reflexão que se impõe sobre o aporte de recursos para a pesquisa científica, sejam financeiros, de condições organizacionais/institucionais e de quadros de pessoal: a crise econômica global que hoje se infiltra em todas as áreas e suas possíveis implicações para o financiamento não só da pesquisa, mas da própria Educação Superior.

O primeiro ponto, sobre a crise econômica, pode ser compreendido a partir das sinalizações de Segre (2009) que identifica algumas tendências em relação ao financiamento da Educação Superior, que convergem para quatro eixos:

- a redução orçamentária sofrida pelas universidades nacionais de investigação, com repercussão no acesso e na qualidade;
- os programas de prestação de serviços aos acadêmicos que poderão ter severas restrições;
- o aumento do custo da matrícula em universidades públicas e privadas que restringem o acesso e propicia movimentos de protesto estudantil;
- as repercussões de dificuldades financeiras que afetam desde a contratação de professores em tempo integral, até a construção de novas instalações, a aquisição de livros e todo um conjunto de investimentos.

É inegável que se tais tendências se concretizarem, são sérios os seus desdobramentos nas pesquisas. No Brasil, um conjunto de medidas vinculadas ao

Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), às políticas de cotas, ao Programa Universidade para Todos (ProUni), e a expansão das Instituições de Educação Superior (IES) públicas tem se configurado como estratégicos no enfrentamento dos problemas, mas ainda insuficientes no vislumbre de soluções.

O segundo ponto traz consigo a consciência do “advento da sociedade em rede” e de seus desdobramentos na produção acadêmica. Essa sociedade, em termos práticos, é elucidada por Castells (2006) como uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação fundamentadas na microeletrônica e em redes de computadores que geram, processam, e distribuem informações.

As colocações explicitam porque o conceito utilizado por Castells (2001) pode referir-se tanto à transposição das barreiras do espaço físico, quanto à possibilidade de estabelecer relações de comunicação. Para se compreender o surgimento dessa nova organização societal, é necessário destacar duas tendências que a fundamentam. A primeira tendência é o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e a segunda é a tentativa da sociedade de aparelhar-se com o uso do poder dessa tecnologia.

Assim, o aparecimento e a evolução extraordinária das tecnologias de informação e comunicação se mostram basilares para a globalização que redesenha o mapa econômico mundial. Castells (2006, p. 18) indica ainda que “aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede, ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica.” Nesse sentido, a revolução tecnológica foi essencial para a reestruturação do sistema econômico a partir da década de 80. Essa revolução, no entanto, tem influenciado não só a economia, mas o próprio conhecimento, estando ele e seus desdobramentos no centro das transformações que ocorrem em todos os aspectos de vida e estruturação da civilização hodierna.

Essas constatações se reportam diretamente à sociedade do conhecimento crítico (DIDRIKSSON, 2008) e a intensificação da importância da Educação Superior no contexto mundial (ROBERTSON, 2009). Essa análise torna-se, imprescindível para se investigar a complexidade dos fenômenos presentes na sociedade que constitui a realidade contemporânea da universidade brasileira.

Levando em consideração esses elementos, o artigo em questão objetiva configurar o modelo de financiamento da pesquisa na Unemat, com vistas a clarificar categorias de recursos que o compõem, discutindo-as na perspectiva da origem dos aportes, dos compromissos da universidade e das repercussões para os pesquisadores e seus desafios.

A metodologia utilizada compreendeu levantamento bibliográfico e documental, bem como entrevistas semi-estruturadas realizadas com líderes de grupos de pesquisa desta instituição, em vários de seus *campi*. Os procedimentos utilizados na apreciação dos dados abrangeram princípios de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) para a construção de categorias embasadas em convergências temáticas, bem como análises estatísticas na perspectiva da pesquisa quali/quantitativa (GAMBOA, 1995) e elementos esses inseridos na rede de significações (ROSSETTI-FERREIRA; et alii, 2004). As categorias escolhidas para o presente trabalho são aquelas que trazem embutidas uma proposta de reflexão sobre pesquisa e financiamento, enfatizando suas características, modalidades e importância.

As considerações até aqui tecidas são encaminhadoras dos três eixos subseqüentes que perfazem esse estudo: no primeiro são discutidos pontos basilares sobre o financiamento das pesquisas no Brasil; no segundo é apresentado o estudo de caso da Unemat e no último eixo são trazidas considerações e reflexões sobre as questões centrais da temática numa antevisão dos desafios que se colocam para a instituição.

2 APORTES FINANCEIROS PARA A ATIVIDADE DE PESQUISA NO BRASIL: pontos e contrapontos

Historicamente, a universidade foi, é, e continua sendo compreendida como a instituição de geração e difusão de conhecimento, e esses princípios inspiram as normas constitucionais que atribuem suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Franco (2009, p. 111) caracteriza a universidade como uma instituição de conhecimento por excelência, marcada por um “duplo papel de formação das novas gerações e produção do conhecimento, é *habitat* propício para desencadear a força estratégica da produção da pesquisa científica.”

Alves (1996, p. 55) esclarece que:

[...] a pesquisa científica, a procura dos princípios e mecanismos que conduzam à inovação tecnológica, os estudos literários e as especulações filosóficas, a investigação em todos os domínios da ciência e da cultura são os objetivos primeiros, os postulados da Universidade no mundo contemporâneo.

Nessa perspectiva, o lugar da pesquisa tem sido redimensionado e refletido continuamente. Esse estudo contribui para tal na medida em que objetiva configurar o modelo de financiamento da pesquisa na Unemat, com vistas a clarificar categorias de recursos que o compõem, discutindo-as na perspectiva da origem dos aportes, dos compromissos da universidade, das repercussões para os pesquisadores e seus desafios.

A produção do conhecimento científico, tecnológico e cultural encontra na Pós-graduação um lócus privilegiado, pois é onde formam-se os grupos de pesquisa e os projetos a serem desenvolvidos. Sob tal perspectiva pode-se afirmar que a criação, a consolidação e o desenvolvimento da Pós-graduação no Brasil, a partir, especialmente, da década de 1970 foram decisivas para a Ciência e a Tecnologia no país. Assim, se entende não só as políticas geradas no Sistema de Educação no qual se destacam os Planos Nacionais de em seu caráter seqüencial, mas também as ações oriundas do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Nessa trajetória encontram-se os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, as iniciativas como o Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, sem omitir os inúmeros programas e estratégias de financiamento desencadeadas pelos órgãos vinculados ou relacionados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Segundo o Livro Branco (2002), um dos marcos regulatórios nacionais a ser destacado, o Brasil vem ao longo dos últimos anos direcionando a organização de programas flexíveis e dinâmicos, de fomento à pesquisa. Para a concretização de tais ações, é necessário um compromisso no sentido de construir oportunidades de crescimento e valorização da atividade de pesquisa, o que certamente demanda um fluxo permanente de financiamento.

Muitos programas poderiam ser aqui mencionados e analisados. Cabe exemplificar um deles que favorece a formação das novas gerações profissionais e

de pesquisadores, no entorno das políticas públicas brasileiras que se alinham a essa perspectiva. É o Programa Ciência sem Fronteiras, que promove a expansão e a internacionalização da ciência, da tecnologia, da inovação e da competitividade, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, além da formação do pesquisador e consecutivamente num possível melhor desempenho e financiamento da pesquisa. Todavia, para Nez e Silva (2012) essa proposta, em que pesem benefícios, também implica em empresariamento da atividade científica, o que exige decisões cuidadosas e atentas aos seus desdobramentos.

É inegável, no entanto que programas como o citado, podem contribuir para as universidades atingirem melhores padrões de qualidade. Lima e Maranhão (2009) destacam que nos critérios de natureza acadêmica de instituições de sucesso, as que conquistaram prestígio internacional em pesquisas são as mais procuradas por se revelarem qualitativamente superiores. Esses critérios de escolha têm presença nas decisões de todos os acadêmicos, brasileiros ou estrangeiros, seja na graduação ou na Pós-graduação, que acabam optando por instituições com referência internacional².

A instituição que possui essa categorização recebe maior recurso dos órgãos de financiamento. Esse é um movimento nacional que também pode ser observado noutros países, para Litwin (2009) quem recebe uma maior cota de investimento, atinge uma taxa de crescimento que supera as demais e a pesquisa é fundamental na determinação do prestígio e porte das IES³. Altbach (2009, p. 31) constata que a pesquisa passou a ser o valor central das universidades, “[...] Premiações e prestígio institucional para membros do corpo docente são outorgados principalmente com base em produtividade de pesquisa.”

Nesse processo de valorização do conhecimento científico e das múltiplas aplicações e usos não surpreende que a mercadorização da pesquisa venha aumentando. Para Baumgarten (2007) a crescente ênfase na privatização do conhecimento, através das patentes, resulta da disseminação internacional de modelos que se desenvolveram especialmente no primeiro mundo, associados à

² Acesso aos dados sobre as melhores instituições de Educação Superior na América Latina e no Brasil podem ser consultadas em Ranking Web of World Universities – Top 12000 Webometrics (RANKING, 2013) ou em Academic Ranking of World Universities (ARWU) – Shanghai (ACADEMIC, 2013).

³ Estudos sobre reputação institucional e prestígio acadêmico como determinantes no reconhecimento do sucesso das instituições podem ser consultados também em Clark (1992).

legislação que incentivou a intervenção direta nas universidades, através da propriedade industrial. Assim, por vezes, os critérios isomórficos dos discursos mais privatistas passaram a interpor-se nas instituições de pesquisa e, infiltraram-se na academia, sobrepujando discursos e práticas orientados para a equidade.

Observa-se que essa conjuntura acontece porque a universidade brasileira absorve e exprime ideias e práticas econômicas dominantes, sendo que algumas temáticas acabam influenciando o espaço acadêmico da pesquisa em detrimento de outros. Chauí (2001, p. 35, grifo da autora) indica que,

[...] a aceitação do critério de distribuição dos recursos públicos para pesquisa a partir da ideia de “linhas de pesquisa”, critério que faz sentido para as áreas que operam com grandes laboratórios e com grandes equipes de pesquisadores, [...] não faz nenhum sentido nas áreas de humanidades e nos campos de pesquisa teórica fundamental.

Chauí (1995, p. 01) ainda provoca reflexões quando comenta sobre a “aceitação acrítica da privatização da pesquisa”, e o destaque ao financiamento externo pode trazer perda de autonomia da universidade quanto à definição de suas prioridades, contribuindo para o desprestígio crescente de financiamento de algumas áreas. Em muitos casos, para Fávero (1980), o suporte institucional do desenvolvimento da pesquisa tem sido solapado nas instituições; quando, ao contrário, deveriam funcionar como um mecanismo que levasse à sua maior autonomia.

Tais pontos ressaltam a importância de que a universidade tenha critérios bem estabelecidos no que diz respeito aos serviços de pesquisas acadêmicas por meio de parcerias que geram receitas em prejuízo da produção do conhecimento o, que Santos (2005) intitula de comercialização do conhecimento científico. Ressalta-se que esse procedimento nas instituições públicas vem acontecendo paulatinamente nas últimas décadas. Vessuri (1994) apresentou em meados de 1990, um estudo detalhado de experiências de vinculação de pesquisas realizadas em universidades brasileiras e venezuelanas em parceria com o setor produtivo, que é outra das tendências da origem do aporte financeiro para a atividade de pesquisa.

É notório que o financiamento da pesquisa está regulado por uma lógica no âmbito interno das instituições (de poder e de autoridade) e no externo (do mercado do conhecimento e dos interesses do Estado). A universidade é uma instituição que organiza e reflete os campos científicos. Nesse sentido, não se pode perder de

perspectiva o que Bourdieu (1983) sugere para a pesquisa Ela está marcada por escolhas que configuram a existência e as formas de organização de um determinado campo de conhecimento e trazem marcas das relações de força e de poder. Assim, a luta científica é armada entre adversários que possuem artilharia potente e eficaz, evidentemente no capital científico coletivo acumulado “no” e “pelo” respectivo campo.

Esses são alguns dos nós e entrelaçamentos que compõem a rede de significações do financiamento da pesquisa no Brasil. Para aprofundamento analítico, aborda-se a seguir o estudo de caso numa instituição multicampi para desvelar os desafios constituídos aos pesquisadores no âmbito de uma universidade pública estadual.

3 CONFIGURAÇÃO DO MODELO DE FINANCIAMENTO DA PESQUISA: o que o estudo de caso revela

O espaço da reflexão desse estudo é a Unemat, instituída pela lei complementar N.º 30/1993. Entidade de direito público, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, denominada Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso, e rege-se pelo estatuto, regimento geral e pelas resoluções de seus conselhos (ZATTAR, 2008).

A instituição está inserida neste Estado há 36 anos, com sede em Cáceres, no Pantanal mato-grossense, na margem esquerda do rio Paraguai, de onde se alavancou para todas as regiões. Segundo Zattar (2008) teve uma trajetória dedicada à formação de professores da Educação Básica da região centro-oeste do país. Está distribuída geograficamente nas 12 macrorregiões do Mato Grosso definidas na Política MT+20⁴, levando aos mais longínquos lugares, oportunidade de acesso ao conhecimento.

Para vencer as barreiras da extensão territorial, a IES se utiliza de uma estrutura multicampi e está presente em 119 dos 141 municípios mato-grossenses, com 14 *campi* distribuídos nas seguintes cidades: Cáceres (sede), Alta Floresta, Alto

⁴ Este é o Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, que aponta conceitos básicos sobre o incremento sustentável e o planejamento participativo, com vistas aos cenários futuros de sua atuação. Ver mais sobre em: http://www.unemat.br/prpdi/pdi/docs/mt_20_parte_4.pdf (PLANO, 2013).

Araguaia, Barra do Bugres, Colider, Diamantino, Juara, Luciara, Nova Mutum, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda, Sinop, Sorriso e Tangará da Serra.

Os diversos *campi* e núcleos da IES se inserem em 3 biomas brasileiros: a Amazônia (53,6%); o cerrado (39,6%); e a menor área, o pantanal (6,8%) (MATO GROSSO, 2011). A economia do Estado se baseia na indústria extrativista (madeira e borracha); na agricultura (cana-de-açúcar, soja, arroz e milho); na pecuária; na mineração (calcário e ouro); e na indústria (metalúrgica e alimentícia).

Sobre a oferta de vagas, o Anuário Estatístico (2012) informa que cerca de 20 mil acadêmicos são atendidos em 69 cursos de graduação, 44 regulares e os demais em modalidades diferenciadas por meio de programas tais como: Licenciaturas Plenas Parceladas⁵, Universidade Aberta do Brasil (UAB), Educação do Campo, Terceiro Grau Indígena⁶, Programa de Formação do Professor (Parfor) e Turmas Fora de Sede⁷. Essas são ações pioneiras do Estado para atender às demandas regionais e constituem frentes de trabalho que fazem do ensino uma atividade que possibilita o cumprimento de sua função social.

A Unemat que foi criada na década de 70 como Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC) e que passaria em 1993 pelo processo de estadualização, também verticalizou o ensino. Baseada no tripé constitucional ensino, pesquisa e extensão, hoje, disponibiliza 24 cursos de Pós-graduação sendo: 1 doutorado, 8 mestrados e o restante em cursos de Especialização.

Quanto à sua capacidade financeira, administrativa e de infraestrutura, ressalta-se que atualmente a Unemat é uma entidade de direito público, com autonomia didático-científica, administrativa, e de gestão financeira, orçamentária e patrimonial, de acordo com o que está disposto no artigo nº. 207 da Constituição Federal e no artigo nº. 246 da Constituição do Estado de Mato Grosso (HISTÓRICO, 2011).

Na especificidade deste estudo de caso que visa configurar o modelo de financiamento da pesquisa na Unemat, com vistas a clarificar categorias de recursos que o compõem, não se pode deixar de notar as problemáticas que envolvem a

⁵ Cursos de formação em serviço e continuada que são ofertados no interior do Estado, exclusivamente para professores em exercício do magistério (ZATTAR, 2008).

⁶ Objetiva a formação de professores indígenas para o exercício docente no Ensino Fundamental e Médio, nas escolas das aldeias (ZATTAR, TAVARES e ARTIOLI, 2010).

⁷ Cursos regulares que são ofertados para atender às demandas específicas nos municípios que não possuem Educação Superior (ZATTAR, TAVARES e ARTIOLI, 2010).

questão dos aportes à pesquisa. As entrevistas realizadas com 86 líderes de grupos (que são identificados ao longo deste artigo pela sigla LG, acompanhada da numeração correspondente ao controle das entrevistas⁸), conseguem identificar a dificuldade de consolidação da pesquisa na IES.

Os dados coletados e analisados a partir da rede de significações, da análise de convergências temáticas perpassando pela abordagem quali/quantitativa⁹ demonstram que a pesquisa é financiada na Unemat, sobretudo por recursos externos à instituição (98,2%), o que traz consequências para suas ações. Tal como relata o LG04, o capital externo de fontes como a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Mato Grosso (Fapemat), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), o CNPq, entre outros acaba determinando que tipo de pesquisa se realiza nessa instituição 'pública' estadual.

Figueiredo e Sobral (1999) destacam que essa realidade traz problemas diversos para as universidades. Entre os mais significativos estão a interferência na escolha dos temas de pesquisa (o que reduz a autonomia do pesquisador) e a seletividade de áreas (algumas áreas são consideradas 'arbitrariamente' prioritárias). O ponto fundamental é o de que a origem dos aportes traz compromissos para a universidade que terminam por repercutir na ação dos pesquisadores.

O Conselho Universitário (Consuni) é o órgão colegiado com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre gestão orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e de desenvolvimento institucional, que estabelece as políticas gerais da instituição. Sua câmara setorial de atividades acadêmicas tem como competência a deliberação dos critérios de financiamento dos projetos de pesquisa (CONSUNI, 2012). Esse é um dos grandes problemas apontados pelos LGs. Os fragmentos de excertos apresentados a seguir identificam como percebem a problemática e como os posicionamentos são divergentes,

Eu *não acredito fortemente* em recursos internos. Eu acho que o pesquisador tem que buscar o financiamento, a universidade deve garantir a logística. A universidade precisa sim ter uma boa internet e bons laboratórios. Agora o papel do doutor, é também de buscar financiamento. A gente tem que pensar que a universidade do estado precisa ter esse aporte da instituição, porque a universidade não tem financiamentos como as federais que têm o REUNI que põe os prédios na instituição tem *n*

⁸ Com esse cuidado, foram preservadas as identidades dos respondentes, garantindo o sigilo da pesquisa. Também se aponta que fora solicitado termo de consentimento dos participantes.

⁹ Verificar tabelas, gráficos complementares em Nez (2014).

programas que são específicos para federais. Então o papel da universidade é *estruturar os centros de pesquisas* e os laboratórios [...] agora o financiamento da pesquisa eu não sou favorável aos *editais para financiar pesquisa* dentro da universidade (LG16).

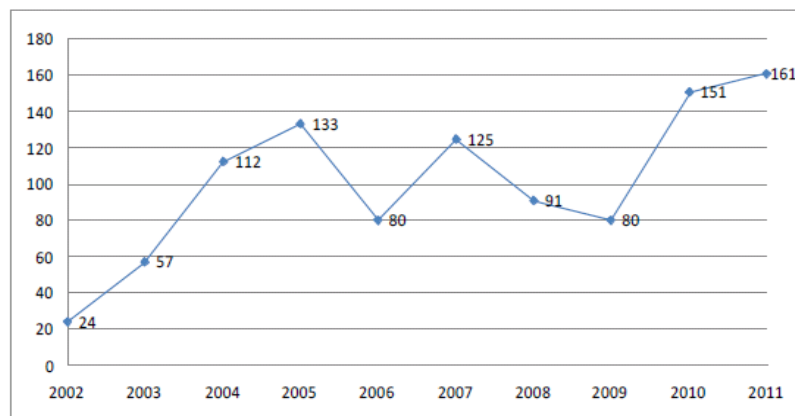
Então acho que um dos grandes gargalos para nossa universidade crescer é estimular a produção científica [...] a gente precisa ter financiamento e realmente *algumas áreas é mais difícil* conseguir financiamentos. Só que eu acho que tem que ser *focado* [...] (LG36).

Não tenho conhecimento de que a Unemat financie algum projeto de pesquisa. Todos os docentes *estão refém* de financiamentos externos (LG40).

Não tem política de financiamento de pesquisa na Unemat (LG46) (grifos meus).

Os relatos vão desde os que des-responsabilização da instituição até os que mencionam sua total ausência. Em contrapartida, para outros entrevistados, cabe à gestão e órgãos centrais estruturar fisicamente os centros de pesquisa (condições básicas). Para alguns líderes a responsabilidade de captação de recursos deve ser dos doutores. Em que pese a gama de opiniões distintas e de dificuldade na obtenção de aportes financeiros, observou-se, nos últimos anos, uma evolução dos projetos que chama a atenção para o desenho dos cenários da pesquisa institucionalizada explicitado no gráfico 01.

Gráfico 01 - Série histórica da evolução dos projetos de pesquisa

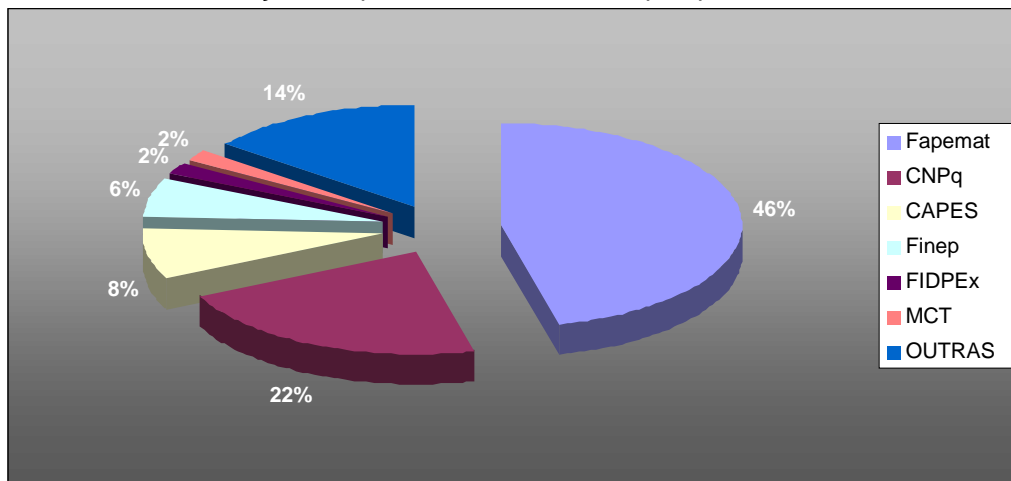


Fonte: Anuário Estatístico da UNEMAT, 2012.

O gráfico aponta que são desenvolvidos 161 projetos de pesquisa. A série histórica também identificou um aumento de 80 para 151 projetos (89%) entre 2009/2010. Esse avanço foi resultado da implantação do plano de carreira dos docentes em 2008, que garantiu a dedicação exclusiva para o desempenho das atividades de pesquisa na instituição que até então, inexistia. Vale ressaltar que a partir de 2007, o financiamento ocorreu por órgãos externos conforme destaques dos entrevistados.

Com relação à origem do fomento da pesquisa, na Unemat, Zattar (2008) esclarece inicialmente que os projetos executados na universidade são resultados da participação dos pesquisadores em editais externos, entre eles o CNPq, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e a Fapemat. O Gráfico 02 identifica a distribuição de fontes de financiamento dos projetos.

Gráfico 02 - Distribuição do tipo de financiamento da pesquisa



Fonte: Egeslaine de Nez, Dados da Pesquisa, 2014.

Analiticamente, é possível referendar que um percentual expressivo (46%) dos projetos de pesquisa existentes na Unemat são financiados pela Fapemat, isso significa quase a metade do montante. O CNPq custeia 22% do total, que também representa uma parcela significativa. A CAPES financia 8% e o Finep 6%. Há ainda outros dois provedores de aportes: 2% recebem recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e 2% são oriundos do Fundo Institucional de Desenvolvimento da Pesquisa e da Extensão (FIDPEX). De todos os agentes financiadores, apenas o último é provisionado pela Unemat, o que significa pouco dentro de um universo de 86 pesquisadores que é a amostra deste estudo de caso.

A Unemat atravessa nos últimos anos problemas de ordem financeira, o que evidencia ausência de recursos na IES. A pesquisa foi uma das atividades prejudicada, pois sofreu sanções de todas as ordens, inclusive no montante de bolsas de iniciação científica¹⁰. Existiria, assim, devido à falta de recursos, uma suposta “crise institucional” que levou a gestão a re-alocar auxílios financeiros, em prejuízo de projetos de pesquisa. Esse é um dos nós da rede de significações

¹⁰ Ver mais sobre em Nez (2014).

institucional. Nos últimos anos, a IES não promoveu chamadas de financiamento, consecutivamente não dispendeu recursos para a produção do conhecimento. Isso se reflete profundamente na realização de pesquisas, pois o aporte do tempo consubstanciado no regime de dedicação exclusiva não é suficiente (NEZ, 2014).

Figueiredo e Sobral (1999) denunciam problemas semelhantes em outra IES, tais como: irregularidade de verbas, interferência nos temas de pesquisa (redução da autonomia), seletividade (algumas áreas são prioritárias) e burocratização institucional. Além da redução das verbas e refinamento dos critérios de seleção, que tornam o financiamento uma *via crucis* para os pesquisadores recém-formados.

Enfatiza-se que dos projetos de pesquisa que existiam em 2012 (período da pesquisa de campo) apenas 2% eram financiados pela Unemat. A situação se torna mais complexa quando identificado que do total de 86 LGs, 22,8% não possuíam nenhum tipo de recurso financeiro. A dificuldade de apoio é relatada pelo LG27:

E o grande parceiro mesmo aqui é a *minha família*, que fomenta grande parte das coisas que tem aqui, porque quando quebra, *pensa que a Unemat vem socorrer?* Não. Então, o recurso aqui, do pesado mesmo é do dinheiro do *salário do professor*. Eu andei fazendo uns cálculos, e não é barato não! Tem equipamento aqui dentro que eu gastei R\$ 1.000,00 do bolso. Esse aqui mesmo! Eu gastei para fazer esse equipamento, eu fui lá e eu mesmo fiz o projeto, compramos ferro velho e esse motor. “Tá” aí fazendo pesquisa. Então, essa é a realidade da Unemat (grifos meus).

Essas são as condições financeiras de realização da pesquisa constatadas nesse estudo. As informações desveladas possibilitam configurar o modelo de financiamento da pesquisa na Unemat, e clarificar categorias de recursos que o compõem. Além disso, tais reflexões foram discutidas na perspectiva da origem dos aportes, dos compromissos da universidade e das repercussões para os pesquisadores.

Por inúmeros motivos, em sua maior parte institucional (sejam de ordem financeira ou organizacional), há enormes barreiras em produzir pesquisas na Unemat. A análise de convergências temáticas das entrevistas ratifica essa dificuldade, que foi classificada em duas categorias (financiamento e condições de realização), que podem ser visualizadas na tabela 01.

Tabela 01 - Análise de conteúdo: prática da pesquisa

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INCIDÊNCIA/ OCORRÊNCIA
------------	---------------	---------------------------

Financiamento	Operacional	23
	FIDPEX (interno)	16
	Fapemat (externo)	13
	Bolsa produtividade	6
	Bolsa FAPs	2
Condições de realização	Organizacionais	29
	Infraestrutura	23
	Planejamento	20
	Tripé	17
	Iniciação científica	16
	Pró-reitoria (instrumento)	11
	Cultura	11
	Cenários	9
	Burocracia	7
	Políticas de estado	6
	Interface	6
	"Tradição"*	6

Fonte: Egeslaine de Nez, Dados da Pesquisa, 2014.

Nota: * Termo retirado das entrevistas.

A primeira categoria intitulada **financiamento** inclui proposições afirmativas como: operacional, FIDPEX, Fapemat, bolsa produtividade e Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPs). Vale lembrar que a referência são as bolsas para os pesquisadores (sejam de fundações de apoio ou do CNPq). Esta dimensão é caracterizada pois as agências de fomento financiam preferencialmente grupos e/ou pesquisadores que possuam prestígio, além da produtividade docente.

Segundo dados da Assessoria da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG), a Unemat possui apenas 3 bolsas produtividade num universo de 202 doutores. Entende-se que é uma IES ainda jovem e tem um longo caminho a percorrer para a produção de pesquisas de qualidade, mas é necessário empenho dos docentes com relação à socialização dos estudos, bem como a produtividade necessária para o atendimento básico da qualificação exigida para a atividade docente na Pós-graduação.

Decorrente dessa primeira categoria, emergem subcategorias para incentivo financeiro da pesquisa, entre elas: plano de cargos e salários diferenciado (sugestões dos respondentes) ou abono salarial específico aos que se dedicam à pesquisa (recomendação da pesquisadora), entre outros.

A segunda categoria que foi nominada de **condições de realização** envolve inúmeros enunciados organizacionais, de infraestrutura, de planejamento, entre outros. O que se pode acentuar analiticamente são os aspectos organizacionais e de infraestrutura como os mais citados entre os respondentes. É elucidativo adentrar a

perspectiva territorial da infraestrutura da pesquisa na IES, lembrando que alguns *campi* possuem espaço físico para desenvolver projetos. Isso é determinante no encaminhamento de uma proposta de financiamento externo que requer contrapartida¹¹. Contudo, observam-se nas iniciativas de apoio externo, forte restrição de fomento a algumas áreas ou ainda imposição de limitações à grupos que possuem maior credibilidade e que estão consolidados (NEZ, 2014).

A rígida centralização de financiamento e a regulação nacional são resultados, por um lado, do papel atribuído às agências (CAPES e CNPq) com poder político; e a dinâmica tensa e conflituosa que se instaura entre estas, a comunidade acadêmica e as áreas do conhecimento, que Bourdieu (1983) explicita na discussão do campo científico.

Por outro lado, é resultante da dependência econômica total e quase absoluta da Pós-graduação e da pesquisa em relação a essas agências (nacionais ou estaduais). Essa é a situação vivenciada pela Unemat e identificada nos dados levantados nesse estudo, no tocante ao financiamento dos projetos de pesquisa.

4 DAS REFLEXÕES AOS DESAFIOS: encaminhamentos conclusivos

A realização de pesquisas, se por um lado depende de financiamentos, por outro necessita de condições disponibilizadas pela IES que se tornam fundamentais para concretizar as investigações. Os desafios que se constata e que são antevistos para a gestão convergem para eixos temáticos: a superação das assimetrias, a regularização do fluxo de recursos, a garantia da autonomia e seleção de prioridades e as condições institucionais.

O desafio das assimetrias se manifesta nas condições territoriais e intra-institucionais. O financiamento da pesquisa em Mato Grosso, de certo modo, é o reflexo da região em que se situa. Segundo o LG18, os indicadores de desenvolvimento científico e educacional do Estado são baixos quando comparados com as outras regiões do país. Essas assimetrias são fruto de uma história de

¹¹ Até 2009, os editais FINEP cobravam das universidades estaduais contrapartida com pagamento de professores e estrutura física. A partir de 2010, começou a exigir também compensação financeira da ordem de 10% a 20% do valor total do recurso solicitado. Isso dificulta a concessão para a Unemat, principalmente pela falta de infraestrutura e de recursos orçamentários destinados a pesquisa. Vale ressaltar ainda que existem seleções públicas para projetos de implantação de infraestrutura, porém são exclusivos para universidades federais (FINEP, 2013).

desigualdade, “houve uma tendência, em função dessa trajetória, em concentrar os índices de desenvolvimento de educação científica, na região Sudeste e Sul”.

Já as assimetrias intra-institucionais, indicadas pelo respondente LG12 são produzidas pelo acesso ao conhecimento ou pela falta de oportunidade. Um exemplo é o acesso aos periódicos internacionais, pois até pouco tempo, só os programas de Pós-graduação na Unemat tinham acesso aos periódicos internacionais da CAPES. “Então lhe pergunto, como eu poderia me tornar um pesquisador Nivel 1 CNPq se não tenho acesso a matéria-prima para o conhecimento (acesso a informação). Essas assimetrias precisam ser corrigidas”.

No que diz respeito a regularização do fluxo de recursos, o desafio que se antevê é a implementação de um orçamento próprio para a PRPPG o que impulsionaria a agenda de pesquisa. Chauí (2003) esclarece que para que haja autonomia, é preciso discussão na universidade. Assim, “[...] a autonomia universitária só será efetiva se as universidades recuperarem o poder e a iniciativa de definir suas próprias linhas de pesquisa e prioridades, em lugar de deixar-se determinar externamente pelas agências financiadoras” (p. 13).

Tal ponto envolve a distribuição de recursos internos que poderiam ser compartilhados para áreas pouco privilegiadas no cômputo geral dos financiamentos externos ou distribuídos setorialmente. Esses recursos também poderiam ser direcionados para estudos regionais e para investigações capazes de lidar com a complexidade da questão territorial imposta pelas distâncias geográficas. Se fossem possíveis essas opções, haveria um encaminhamento coerente para a pesquisa em Mato Grosso.

Outro ponto a lembrar é a autonomia financeira da pesquisa, pois o orçamento da instituição sofreu modificações no ano de 2013, garantindo repasse direto da receita líquida do Estado. Esse incremento poderia gerar a independência financeira das pró-reitorias e corroborar com os indicativos para o desenvolvimento da pesquisa institucional.

Esta convergência também envolve o suporte financeiro para docentes iniciantes com oferta de uma bolsa institucional “jovem pesquisador”, que privilegiaria os LGs que hoje não tem êxito na concorrência de projetos financiados pelas agências nacionais. A ideia parte do pressuposto que os pesquisadores que tem perfil consolidado buscariam fomento nacional; enquanto que os recém-

doutores ou em processo de consolidação, com menores chances na concorrência geral, sejam impulsionados com fomento interno.

Essa estratégia funcionaria nos mesmos trâmites, da modalidade bolsista produtividade do CNPq, com a vantagem de que o pesquisador iniciante poderia submeter internamente seus projetos para atender suas demandas. A concessão desse benefício significaria um excelente direcionamento para o crescimento da pesquisa e fortalecimento dos programas institucionais de Pós-graduação. O LG12 esquadrinha detalhes de como poderia ser implementado,

Há um bom tempo eu pensei como seria interessante um programa jovem pesquisador em Mato Grosso, que desse uma ou duas cotas de bolsa de iniciação científica, para o professor distribuir por três a cinco anos entre alunos participantes dos projetos coordenados por ele nos grupos de pesquisa. Além de uma taxa de bancada mensal ao pesquisador que possibilite aquisição de sua bibliografia de área, além de custear suas participações em eventos e reuniões técnico-científicas [...] Após esses cinco anos, espera-se ter dado condições ao pesquisador de tornar-se COMPETITIVO aos demais pesquisadores, candidatos à cotas/programas de bolsas pesquisador Nível 1 do CNPq. Isso poderia ajudar a impulsionar jovens talentos e dar maior potencial de realização aos mesmos e a própria instituição [...] Não conheço ações de política institucional (Unemat) ou estadual (Fapemat) nesse sentido. Essa bolsa só seria solicitada e acessada uma vez por pesquisador (grifo do autor).

A convergência de desafios que diz respeito a garantia da autonomia e seleção de prioridades implica a não-interferência nos temas de pesquisa e seletividade de áreas do conhecimento. O desafio imbricado é o apoio a uma dada área em detrimento de outras (equidade). No afã de apoiar áreas voltadas à inovação tecnológica, os formuladores das políticas institucionais e o principal órgão de fomento do Estado (Fapemat), inviabilizam a existência de pesquisas que teriam um papel determinante em algumas regiões de Mato Grosso. A importância da pesquisa no desenvolvimento social (mais do que econômico) vem apontando para a necessidade crescente de democratizar o seu financiamento para áreas que produzam expansão e inclusão. A aposta seria nas pesquisas acadêmicas que tem como pressuposto a inovação com pertinência social (DIDRIKSSON, 2008).

Enfim, os desafios se encaminham para corroborar que a pesquisa é a alma geratriz da universidade e um dos instrumentos mais poderosos de sua atuação (NEZ, 2014). Sua função social não se articula apenas ao *status* adquirido ao longo dos anos (*lócus* que daria acesso ao conhecimento sistematizado), mas ao livre-intercâmbio de informações, publicações e atividades que a renovam continuamente

e capilarizam a sua atuação. É no seu potencial germinativo e nas trocas que abrandam as fronteiras do conhecimento e das instituições que a universidade se abastece para enfrentar suas responsabilidades e compromissos, sejam formativos ou nos serviços que disponibilizam para a comunidade.

**FUNDERS OF RESEARCH AGENTS AT
UNIVERSITY OF STATE OF MATO GROSSO (UNEMAT):
current findings and challenges on expected**

ABSTRACT

This article aims to set up research funding model in Unemat, discussing it in the context of the origin of contributions, the university commitments, the consequences and challenges. The methodology included literature, documentary and semi-structured interviews with leaders of research groups. The assessment of the data included content analysis, in addition to quali/quantitative approach. The categories listed are those that carry with them a proposal for consideration of research and funding, highlighting their characteristics, modalities and importance. Stands out, finally, that the analyzes indicate advances that can strengthen the quality of higher education in the state of Mato Grosso.

Keywords: Higher Education. Research. Financing.

REFERÊNCIAS

ACADEMIC ranking of world universities. Disponível em:

<<http://www.shanghairanking.com/ARWU2012.html>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

ALTBACH, P. Globalization and the university: myths and realities in an unequal world. **Tertiary education and management**, Kluwer Academic Publishers, 10, p. 03-25, 2004.

ALVES, N. **Formação de professores: pensar e fazer**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ANUÁRIO Estatístico da UNEMAT 2012. Pró-Reitoria de planejamento e desenvolvimento institucional. Disponível em: <<http://www.novoportal.unemat.br>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMGARTEN, M. Geopolítica do conhecimento e da informação: semiperiferia e estratégias de desenvolvimento. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 16-32, mar. 2007.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 1. Trad. Roneide Venâncio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Orgs.) **A sociedade em rede do conhecimento à acção política**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006.

CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, H. (Org.) **Universidade em ruínas: na república dos professores**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

CLARK, B. Chapter 11. In: WHISTON, T. G.; GEIGER, R. L. (Orgs.). **Research and higher education: The United Kingdom and the United States**. Pennsylvania: SRHE and Open University Press, 1992.

CONSUNI. Conselho universitário. **Resolução n. 011/2011**. Disponível em: www.unemat.br. Acesso em: 08 nov. 2012.

DIDRIKSSON, A. Educación superior y sociedad del conocimiento en América Latina y el Caribe, desde la perspectiva de la Conferencia Mundial de la Unesco. In: TUNNERMANN B, C. **La educación superior en América Latina y el Caribe: diez años después de la Conferencia Mundial**. Colômbia: IESALC, 2008.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FIGUEIREDO, V.; SOBRAL, F. A. F. A pesquisa nas universidades brasileiras. In: VELLOSO, J. (Org.). **Universidade pública: política, desempenho, perspectivas**. Campinas: Papyrus, 1999.

FINEP. Disponível em:

<http://download.finep.gov.br/chamadas/ct_infra/editais/EDITAL_CTINFRA2013.pdf>
. Acesso em: 09 fev. 2013.

FRANCO, M. E. D. P. Universidade pública em busca da excelência: grupos de pesquisa como espaços de produção do conhecimento. In: FRANCO, M. E. D. P.; LONGHI, S. M.; RAMOS, M. G. (Orgs.). **Universidade e pesquisa: espaços de produção do conhecimento**. Pelotas: UFPel, 2009.

GAMBOA, S. S. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. (Orgs.) **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

HISTÓRICO. Disponível em: <<http://www.unemat.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C. M. S. A. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação**, Campinas: v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009.

LITWIN, J. M. The efficacy of strategy in the competition for research funding in higher education. **Tertiary education and management: linking research, policy and practice**, v. 15, n. 01, p. 63-77, mach, 2009.

LIVRO BRANCO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Mapa dos biomas. Disponível em:

<http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=170&Itemid=107>. Acesso em: 09 set. 2011.

NEZ, E. **Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual: a construção de redes de pesquisa**. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

_____; SILVA, R. T. P. Levantamento da multicampia nas universidades brasileiras: um paralelo entre as regiões sul e centro-oeste. **IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul: A Pós-graduação e suas interlocuções com a Educação Básica**. Caxias: UCS, 2012.

PLANO de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso MT+20. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/arquivos/A_531f19ce5827d5ea5462014de666c3b8Ver_sao%20Tecnica%20PD%20MT.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2013.

ROBERTSON, S. L. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 42, p. 407-422, set./dez. 2009.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; et al. (Orgs.). **Rede de significações**: e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEGRERA, F. L. Tendências e inovações da educação superior no âmbito mundial, latino-americano e caribenho. In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. (Orgs.).

Innovation, university and relationship with society. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2009.

VESSURI, H. M. C. Acadêmicos empresários – porque e como alguns professores escolhem trabalhar com o setor produtivo a partir do meio acadêmico. In: PAIVA, V.; WARDE, M. J. (Orgs.). **Dilemas do ensino superior na América Latina**. Campinas: Papirus, 1994.

ZATTAR, N. B. S. **UNEMAT 30 anos**: pelos caminhos de Mato Grosso. Cáceres: UNEMAT, 2008.

_____; TAVARES, D.; ARTIOLI, L. B. F. (Orgs.). **Unemat para todos**: gestão 2002–2010. Cáceres: Universidade do Estado de Mato Grosso, 2010.

Correspondência:

Egeslaine de Nez. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário Vale do Teles Pires, Líder do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU/UNEMAT), Colíder, Mato Grosso, Brasil. E-mail: e.denez@yahoo.com.br

Maria Estela Dal Pai Franco. Doutora em Ciências Humanas - Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Titular AP da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Faculdade de Educação, Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Universidade Inovação e Pesquisa (GEU-Ipesq/Faced/UFRGS) vinculado à rede GEU, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: medalpaifranco@ufrgs.br

Recebido em: 08 de dezembro de 2015.

Aprovado em: 04 de março de 2016.